



**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Embora a Altice, tenha vindo a público referir que 99,2% das telecomunicações afetadas pelos incêndios de 15 e 16 de outubro, já estão restabelecidas, tendo mesmo o seu diretor executivo falado em 100%, o Partido Ecologista Os Verdes continua a receber queixas da população relativamente à falta de telecomunicações, em particular o serviço de telefone fixo e de acesso à *internet* que utilizam as ligações por cabo telefónico.

Após 15 de outubro, perante a insistência e reclamação de muitos clientes da Altice, esta operadora disponibilizou a várias pessoas um telemóvel, como alternativa ao telefone, para que os seus clientes pudessem realizar chamadas. Contudo, várias pessoas têm alertado publicamente para as dificuldades com que se deparam com esta alternativa. Em primeiro lugar a população que vive nestas áreas é muito idosa tendo dificuldades em se adaptar e trabalhar com estes aparelhos (telemóveis), por outro lado, mesmo que se adaptem não conseguem efetuar chamadas por falta de rede, nomeadamente dentro das suas habitações, como é o caso de várias aldeias do concelho da Sertã e de Arganil.

A falta de cobertura da rede móvel não é só consequência direta dos incêndios, mas sobretudo pela falta de investimento, transversal às várias operadoras nas zonas montanhosas e de baixa densidade populacional, pois já antes de 15 outubro existia uma vasta área de “zonas negras”, não sendo exclusivo dos municípios que foram afetados pelos incêndios de 2017.

A ausência de telefone deixa ainda mais a população idosa isolada e incontactável, com os respetivos problemas que podem advir em termos de insegurança e em situações de emergência, para não falar da impossibilidade de estabelecer contacto com familiares que estão longe.

Há outros casos, que têm vindo a público, nomeadamente da Sertã, que perante a falta de telefone as pessoas estão a ser empurradas para pacotes que inclui também internet e televisão, com períodos de fidelização de vinte e quatro meses, quando o que pretendem obter é única e exclusivamente o serviço de telefone fixo, o mesmo serviço que tinham.

**Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito a S. Ex<sup>a</sup> O Presidente da Assembleia da República que remeta ao Governo a seguinte Pergunta, para que o Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, me possa prestar os seguintes esclarecimentos:**

1- Tendo em consideração que já passaram quase quatro meses desde os incêndios de 15 de outubro e existem pessoas sem acesso a telecomunicações, em particular telefone de rede fixa, para quando está prevista a totalidade da sua restituição?

2- Tendo em consideração que, as pessoas estão a ser empurradas para serviços indesejados, que incluem mais do que o próprio telefone fixo (internet, televisão, telemóvel), com custos acrescidos e períodos de fidelização injustos, que medidas estão a ser tomadas para evitar que as populações não sejam ainda mais prejudicadas?

Palácio de São Bento, 9 de fevereiro de 2018

Deputado(a)s

JOSÉ LUÍS FERREIRA(PEV)

HELOÍSA APOLÓNIA(PEV)